

Nehemias Domingos de Melo

Lições de Direito Civil – Obrigações e Responsabilidade Civil



**PARA CONCURSOS, EXAME DA ORDEM E
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Volume 2

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2013 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Nehemias Domingos de
Lições de direito civil: obrigações e responsabilidade civil, volume 2 /
Nehemias Domingos de Melo.-- São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8591-8

ISBN 978-85-224-8592-5 (PDF)

1. Direito civil 2. Direito civil – Brasil I. Título.

13-11835

CDU-347

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SYS: 993540

Sumário



Abreviaturas, xxv

Nota do autor, xxix

Prefácio, xxxi

Parte I – Teoria geral das obrigações, 1

1 Introdução ao estudo do direito das obrigações, 3

Lição 1 – Histórico dos direitos das obrigações, 3

- 1 Histórico e evolução do direito das obrigações, 3
- 2 O direito das obrigações no direito brasileiro, 4
- 3 Principais características dos direitos das obrigações, 5
 - 3.1 Direito de crédito, 5
 - 3.2 Patrimonialidade, 5
 - 3.3 Autonomia da vontade, 6
- 4 Importância dos direitos das obrigações, 6
- 5 Dos direitos obrigacionais e dos direitos reais, 7
 - 5.1 Direitos patrimoniais, 7
 - 5.1.1 Direitos reais (das coisas), 7
 - 5.1.2 Direitos obrigacionais (pessoais), 8
 - 5.1.3 Figuras híbridas, 8
 - 5.2 Diferenças entre os direitos obrigacionais e os direitos reais, 9
- 6 Diferenças entre obrigação e responsabilidade, 11
 - 6.1 Obrigação sem responsabilidade, 11
 - 6.2 Responsabilidade sem obrigação, 11

Lição 2 – Noções básicas sobre o direito das obrigações, 13

- 1 Conceito e significado jurídico da palavra *obrigação*, 13
- 2 Elementos constitutivos das obrigações, 14
 - 2.1 Elemento subjetivo, 14
 - 2.2 Elemento objetivo, 15
 - 2.3 Vínculo jurídico ou elemento abstrato, 15
- 3 As fontes das obrigações, 16
 - 3.1 A lei como fonte direta das obrigações, 16
 - 3.2 Os atos e negócios jurídicos como fontes das obrigações, 17
 - 3.3 O ato ilícito como fonte das obrigações, 17
- 4 Classificação das obrigações, 18
- 5 Prestação, 19
 - 5.1 Lícitude, 20
 - 5.2 Possibilidade, 20
 - 5.3 Determinação, 20
- 6 Efeitos das obrigações, 20

2 Das várias modalidades de obrigações, 23**Lição 3 – Das obrigações de dar: coisa certa e coisa incerta, 23****I – Das obrigações de dar coisa certa, 24**

- 1 Características nas obrigações de dar (e restituir) coisa certa, 24
 - 1.1 Conceito da obrigação de dar ou restituir, 24
 - 1.2 Proibição de entregar coisa diferente, 24
 - 1.3 A tradição como forma de transferir a propriedade, 25
 - 1.4 Direito aos melhoramentos, acréscimos e frutos, 26
 - 1.4.1 Na entrega de coisa certa, 26
 - 1.4.2 No caso de restituição, 26
 - 1.4.3 Direito de retenção, 27
 - 1.5 O conteúdo e alcance dos acessórios, 27
 - 1.6 Responsabilidade do devedor na obrigação de dar, 28
 - 1.6.1 Perecimento sem culpa do devedor, 28
 - 1.6.2 Perecimento com culpa do devedor, 28
 - 1.6.3 Deterioração sem culpa do devedor, 28
 - 1.6.4 Deterioração com culpa do devedor, 29
 - 1.7 Responsabilidade do devedor na obrigação de restituir, 29
 - 1.7.1 Perecimento sem culpa do devedor, 29
 - 1.7.2 Perecimento com culpa do devedor, 29
 - 1.7.3 Deterioração sem culpa do devedor, 30
 - 1.7.4 Deterioração com culpa do devedor, 30
 - 1.8 Obrigação de dar dinheiro: obrigações pecuniárias, 30
- 2 Das obrigações de dar coisa incerta, 31
 - 2.1 Conceito, 31
 - 2.2 Necessidade de indicação de gênero e quantidade, 31
 - 2.3 A escolha como forma de cessar a incerteza, 31
 - 2.4 Responsabilidade pelo perecimento ou deterioração da coisa, 31

Lição 4 – Das obrigações de fazer e não fazer, 32

- 1 Das obrigações de fazer, 32
 - 1.1 Conceito, 33
 - 1.2 Espécies, 33
 - 1.2.1 Obrigação fungível, material ou im pessoal, 33
 - 1.2.2 Obrigação infungível, imaterial ou personalíssima, 33
 - 1.2.3 Obrigação de emitir declaração de vontade, 34
 - 1.3 Responsabilidade pelo inadimplemento, 34
 - 1.3.1 Com culpa do devedor, 35
 - 1.3.2 Sem culpa do devedor, 35
 - 1.4 Execução por terceiro, 35
 - 1.5 Astreintes, 35
 - 1.6 Diferenças entre a obrigação de dar e de fazer, 35
- 2 Das obrigações de não fazer, 36
 - 2.1 Conceito, 36
 - 2.2 Consequências do inadimplemento, 36
 - 2.3 O momento do inadimplemento, 36
 - 2.4 Descumprimento por fato alheio à vontade do devedor, 37
 - 2.5 Execução por terceiro, 37
 - 2.6 Impossibilidade de desfazimento, 37
- 3 Ação cabível para obrigar o devedor, 38
 - 3.1 Obrigação de dar ou restituir, 38
 - 3.2 Obrigação de fazer ou não fazer, 38
 - 3.3 Emissão de vontade, 39

Lição 5 – parte I – Das outras modalidades das obrigações, 40

- 1 Das obrigações alternativas, cumulativas e facultativas, 41
 - 1.1 Conceito de obrigações alternativas ou disjuntivas, 41
 - 1.2 Direito de escolha (concentração), 41
 - 1.3 Características, 42
 - 1.4 Vantagem para as partes nesse tipo de obrigação, 43
 - 1.5 Obrigações alternativas decorrentes de lei, 43
 - 1.6 Impossibilidade de cumprimento da obrigação, 44
 - 1.7 Obrigações cumulativas ou conjuntivas, 45
 - 1.8 Obrigações facultativas, 45
- 2 Das obrigações divisíveis e indivisíveis, 46
 - 2.1 Conceitos, 46
 - 2.2 Consequências da divisibilidade e indivisibilidade, 47
 - 2.3 Relação interna entre os credores e entre os devedores, 47
 - 2.4 Conversão de indivisível para divisível, 48
- 3 Das obrigações solidárias, 48
 - 3.1 Características das obrigações solidárias, 48
 - 3.2 Natureza jurídica da solidariedade, 49
 - 3.3 Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade, 49
 - 3.4 Princípios aplicáveis à solidariedade, 50
 - 3.5 Fontes das obrigações solidárias, 50

- 3.6 Espécies de obrigações solidárias, 50
 - 3.6.1 Solidariedade ativa, 50
 - 3.6.1.1 Utilidade do instituto, 51
 - 3.6.1.2 Características, 51
 - 3.6.1.3 Extinção da solidariedade ativa, 52
 - 3.6.1.4 Direito de regresso, 52
 - 3.6.2 Solidariedade passiva, 52
 - 3.6.2.1 Utilidade do instituto, 52
 - 3.6.2.2 Direitos do credor, 52
 - 3.6.2.3 Características, 53
 - 3.6.2.4 Impossibilidade de cumprimento da obrigação, 54
 - 3.6.2.5 Das exceções como defesa dos devedores, 54
 - 3.6.2.6 Da renúncia à solidariedade, 54
 - 3.6.2.7 Direito de regresso, 55

Lição 5 – parte II – Das outras modalidades das obrigações, 56

- 4 Das obrigações civis e naturais, 56
 - 4.1 Obrigação natural (imperfeita ou imprópria), 57
 - 4.2 Obrigação civil (perfeita ou jurídica), 57
 - 4.3 Diferença entre obrigação natural e obrigação civil, 58
 - 4.4 Efeitos do pagamento nas obrigações naturais, 58
- 5 Das obrigações de meio, de resultado e de garantia, 58
 - 5.1 Obrigação de meio, 58
 - 5.2 Obrigação de resultado, 58
 - 5.3 Obrigação de garantia, 58
 - 5.4 Quanto ao adimplemento, 59
- 6 Obrigação de execução instantânea, diferida e continuada, 59
 - 6.1 Obrigação de execução instantânea, 60
 - 6.2 Obrigação de execução diferida, 60
 - 6.3 Obrigação de execução continuada ou de trato sucessivo, 60
- 7 Obrigação pura e simples, condicionais a termo, com encargo ou modal, 60
 - 7.1 Obrigação pura e simples, 60
 - 7.2 Obrigação condicional, 61
 - 7.3 Obrigação a termo, 61
 - 7.4 Obrigação com encargo ou modal, 61
- 8 Obrigação líquida e ilíquida, 61
 - 8.1 Obrigação líquida, 61
 - 8.2 Obrigação ilíquida, 62
 - 8.3 Espécies e forma de liquidação, 62
 - 8.4 Importância prática, 63
- 9 Obrigação principal e acessória, 63
 - 9.1 Obrigação principal, 63
 - 9.2 Obrigação acessória, 63
 - 9.3 Espécies de obrigações acessórias, 63
 - 9.4 Consequências jurídicas, 64

3 Da transmissão das obrigações, 65

Lição 6 – Da transmissão das obrigações, 65

- 1 Histórico da transmissão das obrigações, 65
- 2 Transmissão das obrigações no direito atual, 66
- 3 Espécies de transmissão das obrigações, 66
- 4 Importância da cessão de crédito, 67
 - 4.1 Conceito, 67
 - 4.2 Objeto e requisitos, 67
 - 4.3 Espécies e formas, 67
 - 4.4 Notificação do devedor, 68
 - 4.5 Responsabilidade do cedente, 69
 - 4.6 Créditos que não podem ser cedidos, 69
- 5 Assunção de dívida ou cessão de débito, 70
 - 5.1 Conceito, 71
 - 5.2 Características, 71
 - 5.3 Consentimento do credor, 71
 - 5.4 Efeitos da cessão de débito, 71
- 6 Cessão de contrato, 71
 - 6.1 Conceito, 72
 - 6.2 Importância, 72

4 Do adimplemento e extinção das obrigações, 73

Lição 7 – parte I – Noções gerais sobre o pagamento direto

(forma normal de extinção das obrigações), **73**

- 1 Das formas de extinção e adimplemento das obrigações, 73
- 2 O significado de pagamento, 74
- 3 O pagamento direto como forma normal de extinção das obrigações, 74
 - 3.1 Na forma de pagamento direto, quem deve pagar?, 75
 - 3.2 Pagamento pela transmissão de propriedade, 76
 - 3.3 Daquele a quem se deve pagar, 76
 - 3.3.1 Pagamento realizado diretamente ao credor, 76
 - 3.3.2 Quem paga mal, paga duas vezes, 76
 - 3.3.3 Nulidade do pagamento feito ao incapaz de quitar, 78
 - 3.3.4 Pagamento ao credor com crédito penhorado, 78
- 4 Do objeto do pagamento, 78
- 5 Da prova do pagamento, 79
 - 5.1 Quitação, 79
 - 5.2 Despesas com a quitação, 79
 - 5.3 Presunção de pagamento, 80
- 6 Lugar do pagamento, 80
- 7 Tempo do pagamento, 81
 - 7.1 Quando não há data estipulada, 81
 - 7.2 Quando o cumprimento deva ocorrer em local diverso, 81
 - 7.3 Nas obrigações condicionais, 81

Lição 7 – parte II – Noções gerais sobre o pagamento indireto

(forma especial de extinção das obrigações), **83**

- 8 Extinção das obrigações pelo pagamento indireto: forma especial, 83
- 9 Pagamento em consignação, 84
 - 9.1 Conceito e espécies, 84
 - 9.2 Cabimento da consignação, 85
 - 9.3 Procedimento judicial, 87
- 10 Pagamento com sub-rogação, 87
 - 10.1 Peculiaridade na extinção da obrigação, 87
 - 10.2 Direito de regresso na sub-rogação, 88
 - 10.3 Sub-rogação parcial, 88
- 11 Imputação de pagamento, 88
- 12 Dação em pagamento, 89
 - 12.1 Vantagem para as partes, 89
 - 12.2 Anuência do credor, 89
- 13 Transação, 89
 - 13.1 Características, 90
 - 13.2 Elementos da transação, 90
 - 13.3 Transação judicial e extrajudicial, 90
 - 13.4 Objeto da transação, 90
 - 13.5 Consequência, 91

Lição 7 – parte III – Extinção das obrigações sem pagamento

(forma anormal de extinção das obrigações), **92**

- 14 Extinção das obrigações sem pagamento: forma anormal, 92
- 15 Novação, 93
 - 15.1 Espécies, 93
 - 15.2 Efeitos jurídicos da novação, 94
 - 15.3 Requisitos, 94
- 16 Compensação, 95
 - 16.1 Espécies, 95
 - 16.2 Dívidas que não podem ser objeto de compensação, 96
 - 16.3 A posição do terceiro, 97
- 17 Confusão, 97
 - 17.1 Típico caso de confusão, 97
 - 17.2 Confusão e o devedor solidário, 97
- 18 Remissão de dívidas, 98
 - 18.1 Remissão presumida em lei, 98
 - 18.2 Remissão e a solidariedade, 98
- 19 Prescrição, 99
 - 19.1 Dos prazos prescricionais, 99
 - 19.2 Da contagem dos prazos, 99
- 20 Impossibilidade de execução sem culpa do devedor, 99
 - 20.1 Inexecução involuntária, 100
 - 20.2 Exceção de responsabilidade, 100
 - 20.3 Exemplo de ocorrência, 100

- 21 Nulidade ou anulação, 100
 - 21.1 Causas de nulidade e de anulabilidade, 101
 - 21.2 Efeitos da decretação de nulidade ou anulabilidade, 101

5 Do inadimplemento das obrigações, 103

Lição 8 – Da inexecução das obrigações, 103

I – Consequências do inadimplemento, 103

- 1 Da inexecução das obrigações, 103
 - 1.1 Abrandamento do *pacta sunt servanda*, 104
 - 1.2 Consequências da inexecução da obrigação, 104
- 2 Conceito de mora e de inadimplemento absoluto, 105
 - 2.1 Diferença entre mora e inadimplemento absoluto, 106
 - 2.2 Responsabilidade por perdas e danos, 106
 - 2.3 Espécies de mora, 106
 - 2.4 Purgação da mora, 107
- 3 Perdas e danos, 108
 - 3.1 Princípio da restituição integral, 108
 - 3.2 Perdas e danos nas obrigações de pagamento em dinheiro, 109

II – Cláusula penal, 110

- 4 Conceito de cláusula penal, 110
 - 4.1 Espécies, 111
 - 4.2 Valor da cláusula penal, 111
 - 4.3 Outras limitações da cláusula penal previstas em lei, 112

III – Arras ou sinal de pagamento, 112

- 5 Arras ou sinal de pagamento, 112
 - 5.1 Espécies de arras, 112
 - 5.2 Função das arras, 113

Lição 9 – Do pagamento indevido, 114

- 1 Pagamento indevido, 114
- 2 Fundamento jurídico, 114
- 3 *Accipiens* de boa-fé ou de má-fé, 115
- 4 Recebimento indevido de imóvel, 115
- 5 Pagamento indevido sem direito à repetição, 116
- 6 Requisitos da ação *in rem verso*, 117

Parte II – Responsabilidade civil, 119

6 Da culpa, do risco e do abuso de direito, 121

Lição 10 – Histórico da responsabilização civil, 121

I – Evolução da responsabilidade civil, 121

- 1 Responsabilidade civil na antiguidade, 121

- 2 A vingança como sentimento de justiça, 122
- 3 O Código de Hamurabi, 122
- 4 A máxima do “olho por olho, dente por dente”, 122
- 5 As origens da teoria da compensação financeira, 122
- 6 Outros Códigos da antiguidade, 123
- 7 A Lei das XII Tábuas, 123
- 8 A *Lex Aquilia* do direito romano, 123
- 9 O *actio injuriarum aestimatoria*, 124

II – A responsabilidade civil na modernidade, 124

- 10 O Código Napoleônico, 124
- 11 Novo paradigma para reparação dos danos, 125
- 12 A teoria do abuso de direito, 125
- 13 Conclusão, 125

Lição 11 – Da culpa (responsabilidade subjetiva), 126

- 1 Da culpa como fundamento da responsabilidade civil, 126
- 2 Conduta do agente, 127
- 3 Da culpa e do dolo, 127
- 4 O dolo e o valor da indenização, 128
- 5 Das espécies de culpa, 128
 - 5.1 Quanto à origem do dever violado, 128
 - 5.2 Quanto à gradação em razão da gravidade, 128
 - 5.3 Quanto a escolha e fiscalização, 129
 - 5.4 Quanto ao dever de guarda das coisas, 130
 - 5.5 Quanto ao agir do agente, 130
 - 5.6 Quanto à participação do agente, 130
 - 5.7 Quanto à forma de sua aferição, 131
- 6 Culpa exclusiva e culpa concorrente da vítima, 131
 - 6.1 Culpa exclusiva da vítima, 131
 - 6.2 Culpa concorrente da vítima, 132
- 7 Da culpa presumida, 132
 - 7.1 Das presunções de culpa presumida, 133
 - 7.2 Diferença entre culpa presumida e responsabilidade objetiva, 133
- 8 Do grau de culpa e seus reflexos no *quantum* indenizatório, 134
- 9 Das excludentes da responsabilidade subjetiva, 135
 - 9.1 Legítima defesa, 135
 - 9.2 Exercício regular de um direito, 135
 - 9.3 Estado de necessidade, 136
 - 9.4 Estrito cumprimento do dever legal, 136

Lição 12 – Do risco (responsabilidade objetiva), 138

- 1 Da culpa ao risco, evolução da teoria, 138
- 2 Surgimento da teoria do risco, 139
- 3 Justificativa para a teoria do risco, 139
- 4 A ampliação da teoria – risco da atividade, 140

- 5 Evolução da teoria do risco no Brasil, 140
- 6 A teoria do risco no Código Civil, 141
- 7 Classificação dos riscos, 142
 - 7.1 Do risco da atividade, risco criado ou risco proveito, 142
 - 7.2 Do risco profissional, 144
 - 7.3 Do risco administrativo, 145
 - 7.4 Do risco exacerbado ou excepcional, 146
 - 7.5 Do risco integral, 147
- 8 Excludentes de responsabilidade, 148

Lição 13 – Responsabilidade civil por abuso de direito, 149

- 1 Conceito de abuso de direito, 149
- 2 Dificuldade de identificação do ato abusivo, 150
- 3 Positivização do abuso de direito, 150
- 4 Critérios de identificação do abuso de direito, 150
 - 4.1 A conduta humana com intenção premeditada de causar dano a outrem (dolo), 150
 - 4.2 Conduta humana decorrente do exercício abusivo do direito regularmente garantido (culpa), 151
 - 4.3 Desvio de finalidade, seja econômica ou social (falta de interesse legítimo), 152
 - 4.4 Desvio ético de conduta (boa-fé, moral e costumes), 152
- 5 Exemplos de abuso de direito na legislação brasileira, 154
 - 5.1 No Código Civil, 154
 - 5.2 No Código de Processo Civil, 154
 - 5.3 No Código de Defesa do Consumidor, 156
 - 5.4 Em seara trabalhista, 156
 - 5.5 Na legislação esparsa, 156
- 6 A questão indenizatória, 157
- 7 A difícil tarefa de separar o joio do trigo, 157

7 Do dano, da conduta do agente e do nexa causal, 159

Lição 14 – Do dano indenizável, 159

I – Dano indenizável – noções gerais, 159

- 1 Conceito de dano indenizável, 159
- 2 A importância da comprovação do dano, 160
- 3 Do dano presumido, 160
- 4 Dano hipotético ou imaginário, 160
- 5 Independência do dano material, do dano moral e do dano estético, 161

II – Dano material, 161

- 6 Dano material ou patrimonial, 161
 - 6.1 Dano emergente (*damnum emergens*), 161
 - 6.2 Lucros cessantes, 162
 - 6.3 Honorários advocatícios contratuais, 162

III – Dano moral, 163

- 7 Dano moral ou extrapatrimonial, 163
 - 7.1 Conceito de dano moral, 163
 - 7.2 Da fase de negação do dano moral, 163
 - 7.3 Aceitação plena da reparação do dano moral, 164
 - 7.4 Dano moral à pessoa jurídica, 164
 - 7.5 Dano moral coletivo, 164
 - 7.6 Da caracterização do dano moral, 164
 - 7.7 Dos fundamentos da reparação (por que indenizar o dano moral?), 165
 - 7.8 Cumulação do dano moral com dano material, 165

IV – Dano estético, 166

- 8 Dano estético (conceito), 166
 - 8.1 Dano estético e beleza física, 166
 - 8.2 Reparação *in natura*, 166
 - 8.3 Da cumulatividade do dano estético com o dano moral, 166

V – Dano reflexo ou a ricochete, 167

- 9 Dano reflexo ou a ricochete, 167
 - 9.1 Justificativa do dano reflexo ou a ricochete, 167
 - 9.2 Previsão legal no Código Civil, 167

Lição 15 – Da conduta do agente, 168**I – Ação ou omissão do agente, 168**

- 1 A importância da conduta do agente, 168
- 2 Conduta própria, conduta de terceiro e fato da coisa, 169
- 3 Conduta do agente na responsabilidade objetiva e na culpa presumida, 169

II – Responsabilidade por ato próprio, 170

- 4 Responsabilidade por fato próprio, 170
 - 4.1 Conduta como sinônimo de culpa, 170
 - 4.2 Exceção à regra, fato de terceiro, 170
 - 4.3 Fato de terceiro como fato próprio por omissão, 171

III – Responsabilidade por fato de terceiro, 171

- 5 O fato de terceiro, 171
 - 5.1 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores, 171
 - 5.2 Responsabilidade dos tutores e curadores, 172
 - 5.3 Responsabilidade do patrão ou comitente, 172
 - 5.4 Responsabilidade dos donos de hotéis e similares e dos educadores, 173

IV – Responsabilidade pela guarda da coisa, 173

- 6 A responsabilidade pela guarda ou conservação da coisa, 173
 - 6.1 Responsabilidade pelo fato de animal, 174
 - 6.2 Responsabilidade pela ruína de edifício ou construção, 174
 - 6.3 Responsabilidade pela queda de objetos, 175
- 7 A conduta do agente no âmbito criminal e sua repercussão no cível, 176

- 7.1 Efeito da sentença penal condenatória, 176
- 7.2 Efeito da sentença penal absolutória, 176
- 7.3 Exclusão de ilicitude, 177
- 7.4 Sobrestamento da ação civil, 177

Lição 16 – Nexo de causalidade, 178

I – Generalidade sobre o nexo causal, 178

- 1 Conceito de nexo causal, 178
- 2 Nexo causal e a legitimidade do agente, 179
- 3 A teoria do risco e o nexo causal, 179
- 4 A responsabilidade contratual e o nexo causal, 179
- 5 Teorias sobre o nexo causal, 179
 - 5.1 Teoria da causalidade adequada, 179
 - 5.2 Teoria da equivalência das condições, 180
 - 5.3 Teoria dos danos diretos e imediatos, 180
- 6 Concausa, 180

II – Isenção de responsabilidade, 181

- 7 Exclusão do nexo causal, 181
 - 7.1 Culpa exclusiva da vítima, 181
 - 7.2 Fato de terceiro, 182
 - 7.3 Caso fortuito ou força maior, 183

Lição 17 – Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), 184

- 1 A Constituição Federal de 1988 e o consumidor, 184
- 2 A proteção ao consumidor, 186
- 3 Dever de segurança, 189
- 4 Responsabilidade objetiva como regra, 189
- 5 A exceção quanto aos profissionais liberais, 190
- 6 As excludentes de responsabilidade previstas no CDC, 191
 - 6.1 Não colocação do produto no mercado, 192
 - 6.2 Inexistência do defeito apontado, 192
 - 6.3 Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, 193
- 7 Conclusão, 194

Bibliografia consultada e recomendada, 195